



REVISTA
Casa da
GEOGRAFIA
de Sobral
ISSN 2316-8056

SEGMENTAÇÃO, SEGREGAÇÃO, FRAGMENTAÇÃO

Segmentation, Segregation, Fragmentation

Segmentación, Segregación, Fragmentación

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v23.817>

Otávio Augusto Alves dos Santos¹

Histórico do Artigo:

Recebido em 25 de outubro de 2021

Aceito em 15 de dezembro de 2021

Publicado em 21 de abril de 2022

RESUMO

Este trabalho busca realizar uma reflexão a propósito dos diferentes processos de diferenciação espacial, buscando enfatizar três deles: a segmentação, a segregação e a fragmentação. A partir de uma revisão bibliográfica, e atentando-se para a realidade urbana periférica, busca-se também oferecer mais uma contribuição para o aprimoramento conceitual de processos espaciais presentes nas cidades contemporâneas, tomando como estudo de caso a realidade do Recife.

Palavras-chave: Diferenciação espacial; Cidade periférica; Fragmentação.

ABSTRACT

This article analyzes the different processes of spatial differentiation, seeking to emphasize three of them: segmentation, segregation and fragmentation. Based on a bibliographic review, and paying attention to the peripheral urban reality, we aim seek to offer yet another contribution to a better conceptual definition of the spatial processes present in contemporary cities, taking as an example the city of Recife.

Keywords: Spatial differentiation; Peripheral city; Fragmentation.

RESUMEN

Este trabajo busca realizar una reflexión sobre los diferentes procesos de diferenciación espacial, buscando enfatizar tres de ellos: segmentación, segregación y fragmentación. A partir de una revisión bibliográfica, y prestando atención a la realidad urbana periférica, también buscamos ofrecer una más contribución a una mejor definición conceptual de los procesos espaciales presentes en las ciudades contemporáneas, tomando como ejemplo la ciudad de Recife.

Palabras-clave: Diferenciación espacial; Ciudad periférica; Fragmentación.

¹ Professor Adjunto de Geografia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: otavio.augusto@ufrpe.br

 <https://orcid.org/0000-0002-4576-8051>

INTRODUÇÃO

Na Geografia, os conceitos de segregação e de fragmentação ainda estão envoltos de controversias e polêmicas, apesar dos esforços de aprimoramento teórico mais recentes (ver Sposito e Sposito, 2020). Desde a discussão sobre a pertinência da aplicação do conceito de segregação na realidade urbana brasileira (ver Vasconcelos 2004 e Souza 2013) até o real significado da fragmentação (ver Santos 1990, Sposito e Goes 2013, e Souza 2000), a Geografia brasileira ainda se empenha na tarefa de construir definições claras e amplamente aceitas. Em Santos (2018, 2020), defendemos a ideia de que ambas correspondem a algumas das inúmeras formas de “diferenciação espacial”, que se constituem no interior do processo de valorização e consumo capitalista do espaço. Esse texto se destina a desenvolver essa proposta, trazendo também mais alguns elementos para o referido trabalho de aperfeiçoamento conceitual e para a pesquisa geográfica.

Segundo Bessa (2010), ainda que muitas vezes dissolvida no imediatismo do dado aparente e usada sem muito rigor pela Geografia, a ideia da “diferenciação” pode servir para o aprimoramento de muitos conceitos e categorias geográficas. Em Santos (2018) afirmamos que seu uso, no transcurso do pensamento geográfico, se deu no arco de três diferentes perspectivas: uma clássica, outra kantiana-positivista, e uma última dialética. Na primeira, fundada no “holísmo-iluminista” de Ritter e Humboldt, a diferença era vista como individualidade regional existente em um todo planetário. Na segunda, baseada em Kant e no positivismo, acreditava-se no espaço enquanto uma homogeneidade originária que se ia diferenciando através das atividades humanas. Na terceira perspectiva, calcada no materialismo dialético (com a qual nos vinculamos), a diferença é vista como resultado do trabalho, processo em que se forjam a materialidade social e as diversidades e desigualdades espaciais.

A partir de uma revisão bibliográfica, e atentando-se para a realidade urbana periférica, concentramos nossos esforços aqui sobre uma melhor definição conceitual e uma reflexão a propósito da relação entre três daquelas que acreditamos serem as principais formas de diferenciação espacial nas cidades, quais sejam, a “segmentação” e as já mencionadas “segregação” e “fragmentação”. No primeiro item, discorreremos sobre a ideia de diferenciação espacial e sua centralidade no entendimento da própria produção do espaço no capitalismo. Os três itens que seguem buscam refletir sobre os referidos processos, aproveitando-se de abordagens propostas por pesquisadores brasileiros, com a qual se busca alicerçar nossa visão sobre o tema. No último item, comenta-se brevemente o processo de fragmentação do espaço na cidade do Recife.

DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL

Segundo Corrêa (1991), a discussão sobre diferenciação na Geografia está intimamente ligada à proposta da “diferenciação de áreas”, com a qual também se desenvolveu o conceito de região. O alemão Alfred Hettner, valendo-se de método corológico, afirmou que a identificação das diferenças regionais seria o objetivo maior da Geografia. Com Richard Hartshorne, a temática da diferenciação tomou outra dimensão, tendo em vista que o geógrafo norte-americano defendia o “estudo da diferenciação de áreas” em seu *The Nature of Geography* (1939) e, sobretudo, em seu *Perspective on the Nature of Geography* (1978 [1959]). Cumpriria à Geografia, segundo este autor, determinar as diferenças e semelhanças entre áreas ou porções da superfície terrestre, analisando a variação dos fenômenos físicos e humanos, bem como as diversas relações entre eles.

Conforme já indicamos em Santos (2018), nossa concepção vai no mesmo sentido que aquele inaugurado pela vertente crítica da Geografia, para a qual, em vez da região, o espaço é que figura como conceito-chave (Corrêa 1995), sendo ele produto e condição do trabalho humano. O espaço é a maior de todas as objetivações humanas, resultado de seu agir teleológico sobre a natureza. Na medida em que se desenvolve, o ser social vai também modificando o seu entorno, de sorte que o espaço geográfico resultante é sempre o “conteúdo corporificado da sociedade” (Santos 2014). Assim, as diferenças espaciais vão se constituindo no sentido de exprimir o desenvolvimento diferencial do ser social sobre o planeta, em diferentes escalas.

Vasconcelos (2013) prefere distinguir diferenciação de desigualdade. Para este autor, as diferenças se impõem porque não há espaços homogêneos, sobretudo na escala das cidades. A desigualdade diria respeito a coexistência entre áreas ricas e pobres. Contudo, em termos espaciais, as desigualdades também podem ser vistas como formas através das quais o espaço se vai diferenciando. Área afluentes nada mais são que lugares onde a riqueza socialmente produzida se concentra, em contraposição com as áreas pobres, onde a riqueza praticamente não existe. Nosso entendimento é o de que a diferenciação também inclui a desigualdade. Ao se constituir, a desigualdade também torna o espaço diferenciado, desta vez pela maior ou menor concentração de riqueza em alguma de suas porções.

Em Santos (2018), afirmamos que há ao menos cinco diferentes escalas ou dimensões da diferenciação espacial. A primeira delas tem a ver com a criação da materialidade social, que é fundada pelo trabalho. Compreendemos o trabalho como o agir teleológico do homem transformando a natureza e, ao mesmo tempo, produzindo a si mesmo enquanto ser social. Desse primeiro patamar é que se

constitui as paisagens culturais, em contraposição àquelas “completamente naturais” ou cuja dinâmica estaria regida pela lei da causalidade.

No capitalismo, um segundo e elementar patamar de diferenciação, omitido em Santos (2018), é aquele originado pela instituição da propriedade privada. Trata-se de um dispositivo essencial tanto na produção quanto nos consumos produtivo e não-produtivo do espaço. Em razão de seu surgimento histórico, o acesso humano a natureza foi circunscrito e os lugares passaram a dispor de quantidades cada vez mais desiguais de valores socialmente produzidos. Por outro lado, ela também funciona como mediação restritiva à valorização expansiva do espaço, podendo impedir a chegada de transformações e valores provenientes de outros lugares.

Um terceiro patamar se constitui muitas vezes em consequência deste segundo, que é aquele surgido da humanização diferencial e desigual do espaço. Aqui a tradição crítica da Geografia nos legou grandes contribuições, como em Lacoste (1980), Smith (1988) Santos (1977), Massey (1984) e Harvey (2006). Mesmo no capitalismo, o espaço geográfico é produzido de forma diversa e desigual, de acordo com as especificidades materiais (técnicas, econômicas, políticas) e imateriais (culturais, ideológicas) de cada lugar. Isto é, o espaço geográfico resulta de uma interação sempre distinta entre um modo de produção hegemônico e o lugar. Contudo, a tendência predominante é a de que a desigualdade se imponha sobre a diversidade. O espaço resultante é cada vez menos diverso porque as técnicas são uniformizadas, e mais desigual porque a propriedade privada novamente se impõe, fazendo os valores se concentrarem em determinados lugares.

Um quarto patamar se constitui a partir das estratégias geográficas do capital no processo de superação de suas crises cíclicas. Conforme advertiu Harvey (2006), no seu permanente movimento de acumulação, o capital frequentemente encontra barreiras em razão das quais entra em “crise de sobre-acumulação”. As estratégias para ultrapassar tais barreiras (que são a expansão geográfica, o encurtamento das distâncias e a conquista/construção de novos mercados) resultam sempre em mais diferenciação espacial. O mundo capitalista se expande, na medida em que alguns lugares vão se aproximando para dar solvência e celeridade à circulação do valor.

Desse patamar surge imediatamente um outro, que advém da contradição entre as tendências expansiva e concentradora do capital. Isto é, da mesma forma em que se expande pelo globo para cumprir sua missão civilizadora, o capital paradoxalmente concentra em determinadas localidades a maior parte dos valores, muitas vezes com vistas a diminuir custos na produção e no consumo. Desse contraditório movimento de expansão e concentração é que surge o imperialismo e, ao mesmo tempo, a urbanização como fenômenos simultâneos. As cidades passam a constituir

verdadeiros pontos de concentração de valores, muitos dos quais consumidos produtiva ou improdutivamente.

Em Santos (2018) também omitimos as inúmeras formas de diferenciação possíveis com os arranjos da rede urbana e, no interior das cidades, com as centralidades urbanas e suas dinâmicas. Esses dois pontos já renderiam inúmeras pesquisas e reflexões, algumas das quais suficientemente desenvolvidas por inúmeros geógrafos, inclusive brasileiros (ver CORRÊA 2006 e SPOSITO 1991, respectivamente). Em vez disso, preferimos voltar nossa atenção para as formas de diferenciação decorrentes do consumo não produtivo do espaço urbano, pois acreditamos que é na cidade, na escala do habitat humano contemporâneo, que as formas de diferenciação são ainda mais nítidas. E, neste sentido, apontamos três principais formas de diferenciação que julgamos essenciais para a compreensão da realidade urbana periférica. Vejamos cada uma delas.

SEGMENTAÇÃO

Em Santos (2018 e 2020), definimos a segmentação como um processo imediatamente ligado a produção do espaço *strictu sensu*. Se, no capitalismo, o espaço é produzido de forma cada vez mais desigual, a segmentação seria a primeira e mais elementar manifestação dessa desigualdade, decorrente de seu consumo improdutivo mais imediato. O termo “segmento”, segundo o dicionário Houaiss et al (2015), diz respeito a uma “parte de um todo”. A palavra “segmentar”, neste sentido, significa “dividir em segmentos” algo que, a princípio, constitui um todo. É por isso que, em termos espaciais, um espaço segmentado é aquele que, apesar de socialmente dividido, ainda há alguma originária de integração. Em Santos (2018), afirmamos que no espaço urbano segmentado ainda há uma circulação mais livre de mercadorias e os diferentes segmentos podem ser socialmente frequentados e consumidos pelos habitantes da cidade, desde que, evidentemente, apresentem propensões aquisitivas, pois a propriedade privada permanece como mediação restritiva.

Um exemplo de segmentação é o aparecimento muitas vezes conjunto e próximo de bairros da cidade com diferentes perfis construtivos, infraestruturais e de renda. Muitas vezes, em um mesmo período do tempo, dois bairros socioeconomicamente distintos surgem na cidade, sem que imediatamente se constituam formas de interdição e separação explícitas, como as que se pode ver nos condomínios e loteamentos fechados atuais. No caso, ambos os bairros da cidade ainda constituem um todo, e podem ser socialmente frequentados pelos seus moradores. É evidente que, em muitos casos, há barreiras físicas ou simbólicas, tais como muros e restrições à mobilidade baseadas em preconceitos, mas estes ainda não são efetivamente suficientes para interditar completamente a

dinâmica social e a circulação de pessoas e, sobretudo, de mercadorias. Neste sentido, a segmentação pode até apresentar embargos e restrições espaciais à mobilidade, mas ainda não dispõe de uma clara tentativa de bloqueio e separação.

Neste ponto já discordamos da maior parte dos estudos que indicam ser a segregação um processo ligado ao imediato consumo desigual do espaço da cidade ou a simples manifestação das diferenças sociais (ver CORRÊA 1995). Isso, no nosso entender, seria a segmentação. A segregação, conforme veremos no próximo item, diz respeito a um processo mais complexo, do qual só cabe a aplicação nos casos em que “[...] as formas de diferenciação levam à separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana (SPOSITO 2013, 65).

SEGREGAÇÃO

O conceito de segregação surgiu com os modelos sistemáticos de estudos das estruturas espaciais internas das cidades norte-americanas, muito dos quais elaborados por sociólogos ligados a famosa "Escola de Chicago". Para eles, as cidades se repartiam em pedaços nítidos de acordo com as características de suas populações. Considerando-se a raça, a língua ou a cultura, esses modelos propunham a distribuição e concentração de grupos sociais e atividades na cidade em áreas passíveis de uma delimitação inequívoca.

As cidades periféricas e, em especial, as brasileiras possuem especificidades que inviabilizam a plena utilização desses modelos. Por isso, segundo Vasconcelos (2004), é sempre problemático o uso irrestrito do conceito de segregação nessa realidade. Souza (2013), contudo, afirma que a ausência das condições históricas e geográficas com as quais ele foi criado e inicialmente utilizado não desautoriza sua aplicação, sobretudo porque já se acha difundido e popularizado como recurso válido na explicação das desigualdades e dos conflitos espaciais urbanos nas cidades periféricas.

Em Santos (2018), tomamos uma visão calcada em Vasconcelos (2004 e 2013) e Sposito (2013), para quem é necessário certo desvelo na aplicação do conceito, bem como a consideração de alguns critérios na identificação de processos de segregação ou de uma área segregada. Até porque, em se tratando da realidade urbana periférica, o que muitas vezes é visto como segregação, trata-se apenas de segmentação ou autosegregação. Isto é, chamamos de segregação as próprias desigualdades urbanas ou o auto enclausuramento residencial. Este último, segundo nosso ponto de vista, corresponde também a uma forma de segregação, mas que parte da decisão voluntária de certas

classes de encerrar-se em “enclaves”, onde possam conviver entre iguais e separadamente do restante da cidade.

Lefebvre (1999) considerava incompatível a diferença e a segregação, porque a primeira corresponderia as interações e proximidades, enquanto a segunda diria respeito ao rompimento e a desagregação. Contudo, em termos espaciais, até a separação e o rompimento podem ser visto como meios através dos quais o espaço se vai diferenciando. É por isso que, a despeito da importante observação deste autor, consideramos a segregação como mais uma forma de diferenciação, uma forma complexa e mais violenta, baseada na separação.

Se os guetos de Varsóvia ou os bairros negros das cidades norte-americanas são exemplos de espaços segregados, temos de admitir que o processo que os criaram envolve uma apartação radical entre classes e/ou grupos sociais. O enclave segregado, seja ele induzido ou voluntário, vale-se da separação, ao que pode gerar pequenas deseconomias e obstáculos ao permanente processo de circulação de mercadorias. Se não de mercadorias, ao menos de pessoas, pois no espaço segregado há formas de interdição e separação explícitas, que impedem a mobilidade.

Está claro que os condomínios e loteamentos fechados existentes nas cidades latino-americanas são exemplos evidentes de segregação, pois a maior parte deles são materializados mediante a construção de muros e toda sorte de expedientes que garantem a tal separação. Trata-se das “novas segregações” de que fala Sposito (2013, 68), surgidas quando “[...] os que tem maior poder (geralmente, mas não exclusivamente, econômico) decidem se separar dos outros”. Essas formas de segregação são ainda mais complexas e, dada a evidente diversidade, muitas vezes levam a processos de diferenciação ainda mais abrangentes, como a fragmentação.

FRAGMENTAÇÃO

Para Lefebvre (2008) o espaço é estilhaçado perante o olhar, mas paradoxalmente unido na totalidade de sua estrutura e dinâmica. Seguindo o mesmo viés Corrêa (1989) afirma que o espaço é fragmentado e articulado. O fragmento, segundo o entendimento de Lefebvre e Corrêa, estaria muito mais próximo daquilo que preferimos chamar de segmento, porque trata-se de pedaços do espaço, que juntos constituem uma totalidade. Corrêa (1989 e 2013) também fala muito mais de um espaço fragmentado do que de um espaço em fragmentação. Isto é, ele teoriza muito mais o espaço resultante que os processos criadores. E, dado os imperativos da contradição e da mudança, pelo viés crítico adotado, preferimos sempre atentar muito mais para os processos.

Souza (2000) afirma que o conceito e a discussão a propósito da fragmentação se popularizaram nos últimos anos, tendo sido utilizados para relacionar o processo de globalização e as desigualdades urbanas. Para Carlos (1994), em vez de eliminar as diferenças e homogeneizar, a globalização aprofunda a fragmentação contida no espaço. Para esta autora, a produção do espaço é, ao mesmo tempo, um movimento que constitui a mundialização da sociedade urbana e acentua a fragmentação. Salgueiro (1998), por sua vez, defende que a fragmentação corresponde ao processo através do qual se estabelecem rupturas entre grupos sociais nas “cidades pós-industriais”. Vasconcelos (2013), por fim, afirma que a fragmentação resultaria dos usos complexos e desconexos do espaço da cidade realizados pelo mercado imobiliário e pelo Estado.

Em “Metrópole corporativa fragmentada: o caso da cidade de São Paulo”, Milton Santos (1990) afirmou que a produção do espaço é cada vez mais comandada por grandes corporações e pelo Estado. Em função disso, os pobres estão cada vez mais isolados e com sua mobilidade reduzida. A ênfase dada a questão da mobilidade o levou a sugerir uma “imobilidade relativa” por parte da população mais pobre e periférica, ao que leva a cidade a se desintegrar em verdadeiros guetos, processo ao qual o Estado tem contribuído com suas políticas habitacionais.

Marcelo Lopes de Souza (2000 e 2006) tem preferido o uso do termo “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial”, procurando, assim, enfatizar que se trata de conflitos e tensões territoriais que frequentemente desafiam o poder do Estado, estando atrelado a territorialização dos grupos criminosos e as estratégias espaciais defensivas levadas a cabo pelos grupos mais abastados da cidade. Segundo o seu entendimento, a cidade resultante dessa fragmentação compõe uma unidade do ponto de vista econômico, mas é socio politicamente fraturada, ao passo que a convivência entre os cidadãos vai se esvaindo, junto com a própria noção de cidadania.

Sposito (2013) compreende a fragmentação como fenômeno recente e abrangente que, sem contrastar com a segregação, vai além dela. O ponto de vista desta autora ampara-se no importante levantamento realizado por Navez-Bouchanine (2002), do qual pôde perceber que a fragmentação surgiu para ser empregada em inúmeras situações e finalidades, evidenciando, assim, sua polissemia e multidimensionalidade. Mas sua perspectiva se fundamenta na visão de Prévôt-Schapira (2001), segundo a qual a urbanização recente na América Latina vem se dando a partir de lógicas de demarcação e territorialização exacerbada.

Analisando a realidade argentina, Prévôt-Schapira (2001) afirma que os modelos centro/periferia até então utilizados para compreender a realidade urbana latino-americana não são mais úteis, dada a constituição de múltiplas fronteiras que dividem o espaço e ao mesmo tempo o

empobrece. Tais fronteiras muitas vezes surgem, inclusive, para separar segmentos de uma mesma classe social (moradores de "assentamentos" dos "villeros", por exemplo), dando origem a estratégias de "esquivamiento" que resultam em territorialidades exacerbadas e identidades restritas.

Apesar de corresponder a mais uma forma de diferenciação ocasionada inicialmente pela própria geografia do modo de produção capitalista, a fragmentação possui uma série de outras especificidades apenas indiretamente ligada à produção *stritu sensu*. Em sua realização concorre, de maneira ainda mais decisiva, a generalização hiperbólica do sentimento do medo. Em Santos (2018) reafirmamos que o medo superdimensionado pelo que Caldeira (2000) chamou de "falas do crime" e por um mercado de segurança crescente tem sido também utilizado em propagandas de ofertas imobiliárias, procurando demonstrar que a cidade é essencialmente caótica e não-civilizada. Assim, livrar-se desse caos não constituiria uma opção ou um privilégio, mas uma necessidade compartilhada por diferentes classes sociais.

Por isso a necessidade do que Haesbaert (2014) chamou de "contenção territorial", isto é, dos entraves e constrangimentos à mobilidade das pessoas no espaço. O autor não faz referência explícita à fragmentação, mas mostra como os muros e os expedientes de restrição são essenciais à "biopolítica" da cidade em tempos de "in-segurança". Ainda segundo este autor, muito mais do que fluidez e mobilidade, vivemos, isto sim, em tempos de imobilidade, tendo em vista a enorme quantidade e diversidade de muros, fronteiras e limites, especialmente nas cidades periféricas (HAESBAERT 2015).

A autossegregação expressa na enorme difusão dos "enclaves fortificados" (CALDEIRA 2000) e a referida contenção territorial marcam materialmente o processo de fragmentação. Seu maior efeito sobre o espaço urbano tem sido a implosão do espaço público e, com isso, o esmaecimento da própria política.

Em Santos (2018), parafraseando as palavras Sennet (1989), afirmamos que com a fragmentação há um "declínio do homem público", dada pela pulverização de um espaço para o debate público e para a política. Seu principal resultado nas cidades periféricas tem sido a irrupção e o fortalecimento de formas de gestão urbana neoliberais que, na visão de Swyngedouw (2012), servem à construção da chamada "cidade pós-política". Na visão deste autor, no tocante ao planejamento e gestão urbanos, há uma crescente coesão em termos de visões e propostas, com as quais compartilham desde os promotores imobiliários, passando pelos agentes do Estado, e chegando até os cidadãos comuns. Trata-se, contudo, de uma coesão que se dá mediante o constrangimento de

trajetórias divergentes e de perspectivas contrastantes, interditando processos contestatórios e de luta social. Por isso, no limite, a fragmentação tende a afirmar o consenso, sobrepujando a diferença.

FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO NO RECIFE

Em Santos (2020) também concentramos nossos esforços na construção de uma interpretação da realidade urbana no Recife à luz do arcabouço sumariamente apresentado nos itens anteriores. Recorremos a uma alegoria com a qual comparamos o processo de fragmentação nesta cidade com a conversão da “insularidade natural” a partir da qual a cidade se edificou originalmente, para a “insularidade social” com a qual a cidade se caracteriza atualmente.

Sabe-se que o Recife é uma cidade constituída a partir de uma paisagem natural insular, isto é, de uma planície aluvial entrecortada por águas, alagados e mangues, sob a égide de seus dois principais rios, o Capibaribe e o Beberibe. Tal paisagem, muito semelhante a das cidades neerlandesas, atraiu os invasores holandeses no séc. XVII, fazendo-os construir das ilhas de Antônio Vaz e do Recife a capital de seus domínios ultramarinos. Portanto, o caráter insular estuarino figurou como um fator para o surgimento da cidade.

O processo de valorização a partir do qual o espaço da cidade se foi constituindo caracterizou-se pela apropriação da natureza e pela instalação de diferentes sistemas de engenharia, com os quais foi possível o surgimento da civilização do açúcar. Desse quadro irrompeu, no meio rural, a forma mais tradicional de habitar no mundo colonial, caracterizado pela auto-segregadas Casa Grande e, do outro lado, a Senzala. No meio urbano, figuravam as habitações regulares e os Sobrados das classes mais abastadas, bem como os mocambos dos mais pobres, negros e mestiços. Os primeiros ocupando as terras enxutas e infraestruturadas, os últimos nos alagadiços e terras de pouco valor econômico.

Tem-se, desde então, as formas mais elementares da diferenciação espacial. A construção da materialidade social a partir da apropriação da natureza, e a privatização mediante a propriedade colonial e a conceção de sesmarias. A humanização diferencial se deu pelas habitações do meio rural e urbano da colônia, mantendo-se os traços de uma sociabilidade segregacionista e baseada na escravidão. Depois, os lugares dos mais ricos na cidade receberam, tanto por iniciativa do Estado como por via particular, um conjunto de infraestruturas sempre em sintonia com os princípios estéticos celebrados na moderno-ocidentalidade, ao que levou seus bairros a serem devidamente incorporados ao conjunto daquilo tratado como cidade formal. Por outro lado, os mais pobres, largados

nos piores lugares, tiveram de lançar mão de estratégias de autoconstrução e adaptação, constituindo também seus circuitos econômicos precários.

Assim, a conversão para insularidade social acompanhou precisamente um processo de segmentação do espaço. Tratava-se, pois, de uma segmentação complexa, graças ao quadro geomorfológico insular. Mas foi baseado nesse tecido essencialmente segmentado que a cidade do Recife cresceu durante os séculos XVIII e XIX, ocupando quase toda a planície. O espaço resultante resguardou as marcas do passado colonial, cujo traço primordial era a autossegregação dos mais ricos e seu desprezo em relação ao entorno tropical e mestiço.

As formas de diferenciação espacial foram se tornando cada vez mais complexas no decurso do século XX, quando o Recife conheceu um forte crescimento populacional. Assim, grandes bairros populares, vilas pobres e favelas passaram a compor o cenário urbano, junto com a cidade formal infraestruturadas. Conforme destacamos em estudo empírico (SANTOS, 2020), A essa segmentação complexa e a segregação baseada no desejo de distinção, soma-se atualmente a fragmentação. Esta última, no caso recifense, advém do aumento exponencial da violência e do sentimento do medo, o que contribuiu ao surgimento de enclaves segregados.

O processo de fragmentação na cidade do Recife inicia-se de fato no contexto de produção expansiva de seu espaço, quando da construção de empreendimentos imobiliários sob a forma de condomínios horizontais ou edifícios, alguns dos quais construídos nas áreas mais periféricas. Mais adiante, outros empreendimentos dessa natureza foram surgindo nos bairros mais centrais, muitas vezes solapando a vida comunitária e o convívio de bairro que se tinha com as casas tradicionais. Os bairros mais consolidados e centrais já passavam por importantes mudanças que redefiniram suas formas predominantes de sociabilidade, graças a explosão populacional das décadas de 1960/70. O resultado de tais mudanças foi a chegada de diferentes grupos e classes sociais à cidade, alguns dos quais incapazes de se inserir plenamente na economia urbana formal, ainda que levados a conviver com as classes a ela integradas.

No caso do Recife, algumas classes médias urbanas, notadamente formada por trabalhadores melhor remunerados, proprietários e funcionários públicos, foram aos poucos redefinindo seus modelos de sociabilidade em função do medo da nova vizinhança, muitas vezes deixando este sentimento tomar a centralidade seja da convivência social ou da estética arquitetônica de suas casas (SANTOS, 2020). Neste sentido, o modelo de habitar em condomínios foi introduzido e difundido. O cotidiano tenso e violento, aliado aos gastos cada vez mais elevados com segurança, contribuíram ao processo de territorialização exclusiva de grupos e classes, que buscavam viver apenas entre os seus.

Soma-se a isso a forte mudança no mercado e nas ofertas imobiliárias ocorridas nas décadas de 1980 e 90, que por meio de suas estratégias publicitárias, procuravam convencer as classes médias urbanas a morar em condomínios edifícios luxuosos, sugerindo o auto enclausuramento como um comportamento indispensável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço de compreender a segmentação, a segregação e a fragmentação como formas do processo mais geral de diferenciação do espaço nos induzem a perceber as dinâmicas urbanas no contexto dos movimentos do capitalismo global. A escala figura como um recurso importante. Na geografia, todo o fenômeno estudado, articulado a uma escala, passa a ser compreendido de forma particular (CASTRO 1995). A escala tem a ver com aproximação do real. Conforme se vai aproximando da realidade cotidiana da cidade, partindo de proposições mais universais sobre a apropriação da natureza, a produção capitalista do espaço e o desenvolvimento desigual, vamos reconhecendo de forma cada vez mais clara as diferenciações. É por isso que é na escala do habitar, no interior da cidade, que a diferenciação se torna mais evidente.

Há, na verdade, uma infinidade de possíveis patamares de diferenciação espacial. Em Santos (2018), assim como aqui, indicamos alguns dos mais importantes: o primeiro deles é aquele com base no qual é forjada a própria materialidade social a partir da natureza; depois, da apropriação privada, tem-se a diferenciação decorrente da humanização diferencial do espaço; em seguida, desenvolvem-se as diferentes estratégias geográficas do capitalismo, tais como os movimentos de expansão e concentração. Por fim, tem-se a urbanização e as formas de diferenciação no interior no espaço urbano. No nosso entender, segmentação, segregação e fragmentação são alguns dos mais importantes processos de diferenciação do espaço urbano periférico. Não se trata de processos divergentes, mas complementares.

A segmentação diz respeito as formas mais elementares de manifestação das desigualdades urbanas. Assim, toda cidade é segmentada, especialmente aquelas situadas na periferia do capitalismo. No Recife, graças a geomorfologia insular e as especificidades de sua ocupação, o espaço geográfico segmentou-se de forma complexa, sem qualquer tendência que permitisse sua interpretação a partir de padrões de repartição sintética, tais como nos modelos centro-periferia.

A segregação, por sua vez, corresponde a uma forma de diferenciação ainda mais complexa e violenta, quase sempre baseada na separação. Ela fica evidente na generalização de enclaves fortificados, tais como os condomínios e loteamentos residenciais fechados. Nas cidades

periféricas é muito mais evidente a autosegregação dos mais ricos, que buscam dotar seus enclaves de todos os equipamentos necessários para uma vida entre-muros, evitando os espaços públicos.

Por fim, a fragmentação figura como processo mais geral, que abrange a segmentação e a segregação. Nesse processo, a generalização do sentimento do medo adquire centralidade. As “falas do crime” (CALDEIRA 2000), o crescimento do mercado de segurança privada e o surgimento de ofertas imobiliárias cada vez mais calcadas no auto enclausuramento concorrem para sua realização. Seu efeito mais evidente tem sido o esvaziamento dos espaços públicos, ao que tem impactado negativamente ao exercício da política.

Swyngedouw (2012) chamou de cidade pós-política aquela onde o medo e a fragmentação definem sua estrutura e dinâmica espaciais. Nela, não há lugar para o cotejamento entre diferentes posições políticas, mas apenas para a difusão do consenso. De forma cada vez mais evidente há uma coesão em termos de leitura da realidade urbana e das possibilidades de superação dos seus problemas, para as quais contribuem diversos agentes, inclusive o Estado. Tal consenso é forjado em um contexto de constrangimento de visões políticas divergentes. Em seu favor há um esforço conjunto, operado por diferentes agentes, cujo objetivo é desqualificar e, em alguns casos, hostilizar as ações que visam a valorização do público.

Conforme dito em Santos (2020), tudo o que destoia do consenso constitui obstáculo geográfico à reprodução do espaço, inclusive de seu modelo de gestão neoliberal. Contra tais obstáculos é que se estabelecem os muros e demais aparatos de controle, que Haesbaert (2014) compreende por mecanismos de poder ligados as formas de “contenção territorial”. No caso do Recife, além dos inúmeros enclaves fortificados e das formas de promoção da ‘imobilidade’, foi representativo também toda a campanha depreciativa e institucional contra o movimento Direitos Urbanos e o Ocupe Estelita, tendo em vista que ambos representaram espaços de resistência e luta política contra a construção de grandes empreendimentos imobiliários no Recife dos últimos anos. Da mesma forma, a censura contra a troça carnavalesca “Empatando tua vista”, com sua crítica irreverente sobre as violações do capital imobiliário e a tolerância do Estado, representou mais uma forma de silenciamento do diferente (para mais informações sobre ambas as experiências de resistência à fragmentação, ver Santos 2020).

Hoje, diante do contexto de hegemonia política de setores conservadores, e da crise social e sanitária decorrente da pandemia do Covid-19, o processo de fragmentação tem tomado outra dimensão, para cuja compreensão será necessário mais tempo e novos estudos.

REFERÊNCIAS

- BESSA, K. C. A diferenciação espacial e as interpretações da Geografia teórico-quantitativa e da Geografia crítica. **Sociedade & Natureza**, 16 (31), 101-124, 2004
- BESSA, K. C. Diferenciação espacial como elemento próprio da natureza da Geografia. **Mercator**, 9 (20), 43-56, 2010.
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. USP/Ed. 34, 2000
- CARLOS, A. F. A. A Natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, M. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 191-197.
- CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. **Região e organização espacial**. 4.ed. São Paulo: Ática, 1991
- _____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47
- _____. O Estudo da Rede Urbana: uma proposição metodológica. In: CORRÊA, R. L. Estudos sobre a Rede Urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 15-57.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014
- HAESBAERT, R. Sobre as i-mobilidades do nosso tempo (e das nossas cidades). **Mercator**, 14 (4), 83-92, 2015.
- HARTSHORNE, R. The nature of geography: A critical survey of current thought in the light of the past. **Annals of the Association of American Geographers**, 29 (3), 173-412, 1939.
- _____. **Propósitos e natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- HOUAISS, A; VILLAR, M. S; FRANCO, F. M. M. **Pequeno dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Moderna, 2015
- LACOSTE, Y. **Unité et diversité du tiers monde**. Paris: François Maspero. 1980
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- MASSEY, D. **Spatial divisions of labour**: social structures and the geography of production. London: Macmillian Publishers, 1984
- NAVEZ-BOUCHANINE, F. **La fragmentation en question**: des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale. Paris: L'Harmattan, 2002.
- PRÉVÔT-SCHAPIRA, M. F. Fragmentación espacial y social: conceptos e realidades. **Perfiles latino-americanos**: revista de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 9 (19), 33-56, 2001.
- Salgueiro, T. B. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Revista território**, 3 (4), 39-53, 1998.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, 54, 81-99, 1977.
- SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada**: o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.
- SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**, 6, 5-20, 1999.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6.ed. São Paulo: Ed. USP, 2014
- SANTOS, O. A. A. Diferenciação espacial: contribuição ao estudo de processos na cidade contemporânea. **GEO UERJ**, 33, 1-21, 2018.

- SANTOS, O. A. A. **A fragmentação do espaço no Recife**. Recife: Ed UFRPE, 2020.
- SENNET, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOUZA, M. L. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- SOUZA, M. L. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Bertrand Brasil, 2006.
- SPOSITO, M. E. B. O centro e as formas de centralidade urbana. **Revista de Geografia**, 10, 1-18, 1991.
- SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S (Orgs) *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 61-93.
- SPOSITO, M. E. B; GOES, E. M. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.
- SPOSITO, E. S; SPOSITO, M. E. B. Fragmentação socioespacial. **Mercator**, 19, 1-13, 2020.
- SWYNGEDOUW, E. A cidade pós-política. **E-metropolis**, 08, 52-62, 2012.
- VASCONCELOS, P. A. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. **Revista Cidades**, 1(2), 259-274, 2004.
- VASCONCELOS, P. A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. A; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S (Orgs) *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013, 127-146.